

A análise de Charles Bettelheim sobre a Revolução Russa

MÁRCIO BILHARINHO NAVES*

A compreensão da natureza da formação social soviética por Charles Bettelheim conheceu sensíveis variações no decorrer de sua longa carreira intelectual.¹ Neste texto, nos ocuparemos somente da concepção que ele desenvolveu de modo mais sistemático e rigoroso e que permaneceu vinculada a seu nome: a identificação da União Soviética como uma sociedade capitalista de Estado.² Vamos expor, primeiro, o seu conceito de capitalismo de Estado para, depois, mostrar

* Professor aposentado de Sociologia da Unicamp. E-mail: marcionaves@ig.com.br

1 Uma visão abrangente de suas atividades intelectuais e políticas pode ser vista em: Denord e Zunigo (2013). O relato autobiográfico de sua estadia na União Soviética em 1936 se encontra em Bettelheim (1984).

2 A ruptura decisiva em sua obra ocorreria em 1970 quando, rejeitando as formulações que se encontram em *A transição para a economia socialista*, de 1968, ele abandona a concepção economicista que orientava até então as suas análises da transição socialista. Referindo-se a este livro, anos depois, ele dirá que nele não fica claro: “que o desenvolvimento das forças produtivas *jamaís pode, por si só*, fazer desaparecer as formas capitalistas da divisão do trabalho e as outras relações sociais burguesas”, e ainda que: “somente a *luta de classes* [...] pode eliminar as relações econômicas capitalistas [...] que permitem a reprodução das relações de exploração e de opressão”, de modo que a “principal deficiência” do livro era o privilegiamento das forças produtivas (Bettelheim, 1979a, p.24-25). Será nos volumes de *As lutas de classes na União Soviética* que Bettelheim desenvolverá a sua análise da formação social soviética como um capitalismo de Estado, mas no volume 4 alterará o seu modo de ver o processo histórico na União Soviética, sustentando agora que a Revolução de Outubro teria sido uma “revolução capitalista”: “[...] a insurreição de Outubro leva ao poder uma camada radicalizada da *intelligentsia*, que se apoia numa parte da classe operária e pretende falar em nome do proletariado, e [...] aquilo que entrou na história sob a bandeira de uma revolução socialista é, essencialmente, uma revolução capitalista, acabando por conduzir a uma expropriação radical dos produtores diretos” (Bettelheim, s/d, p.23-24). Do mesmo modo, passa a caracterizar a União Soviética como um capitalismo de partido, o que, neste caso, não alterará substancialmente

brevemente como Bettelheim concebe o processo de implantação desse tipo de capitalismo na história da Revolução Russa.

A teoria do capitalismo de Estado

A concepção dominante nos meios marxistas até os anos 1960, concepção esta que ainda perdura em amplos círculos marxistas e comunistas, era a de que o desenvolvimento das forças produtivas no interior de uma formação social capitalista levava a graus cada vez maiores de socialização dos meios de produção, de modo que, em um determinado momento, as condições “objetivas” para a passagem a uma sociedade socialista já estariam dadas. O problema do “socialismo”, assim, resumia-se, depois da tomada do poder pelo proletariado, a se proceder à expropriação desses meios de produção, o que propiciaria uma expansão ilimitada das forças produtivas. Nessa abordagem, as relações de produção são confundidas com relações de propriedade, de tal sorte que o socialismo poderia ser instaurado por meio de uma simples operação jurídica de transferência da titularidade do proprietário individual para um proprietário “coletivo”: o Estado, supostamente representando as classes populares. Tendo sido extinta a propriedade privada dos meios de produção e, conseqüentemente, a burguesia enquanto classe, já estariam dadas as condições de existência de uma sociedade socialista, e o desenvolvimento das forças produtivas engendraria novas relações de produção comunistas ao final de um longo processo de transição.

Ora, o que Bettelheim vai mostrar é que as relações de produção capitalistas não são relações de propriedade, que, ao contrário, elas são “indiferentes” ao direito, que não é o direito que determina a sua natureza. As relações de produção são relações entre os agentes da produção e entre estes e os meios de produção, portanto, são relações que reproduzem a separação do trabalhador direto dos meios de produção. Desse modo, a simples estatização dos meios de produção e a expansão das forças produtivas não acarretam, a rigor, qualquer transformação na natureza capitalista dessa relação, não sendo de modo algum interrompido o processo de valorização do valor. Do mesmo modo, ele compreende que as forças produtivas não possuem autonomia, que o seu desenvolvimento sempre se dá sob a determinação das relações de produção, justamente porque as forças produtivas são somente a materialização das relações de produção.³ Assim, as próprias forças produtivas são meios de domínio e subordinação do operário, meios que “sugam” o trabalho vivo, valorizando o capital. Isso significa que na própria estrutura técnica da produção o caráter de classe do processo de trabalho já está presente. Por

a sua análise anterior (ver Bettelheim, s/d, p.181). Para uma análise crítica dessa última fase de Bettelheim, cf. Porcaro (2001).

3 Um exame rigoroso da relação entre as forças produtivas e as relações de produção pode ser visto nos seguintes trabalhos: La Grassa (1975) e La Grassa et al. (1979a). Para uma análise crítica dessa questão em Lenin, cf. La Grassa et al. (1979b) e Vincent-Vidal (2005).

essa razão, Bettelheim pode dizer que a tese do primado das forças produtivas na União Soviética – juntamente com a tese da supressão das classes – contribuiu:

para bloquear toda ação organizada do proletariado soviético destinada a transformar as relações de produção, isto é, a destruir as formas existentes do processo de apropriação, base da reprodução das relações de classe, [...] para construir um novo processo de apropriação, excluindo a divisão social entre função de direção e função de execução, a separação entre trabalho manual e trabalho intelectual, [...] portanto destinada a destruir a base objetiva da existência das classes. (Bettelheim, 1979a, p.33)

A ultrapassagem efetiva do capitalismo vai demandar condições em tudo diversas destas. O “lugar” em que se concentra o esforço principal de transformação social são as relações de produção, cuja “desmontagem” vai exigir uma transformação profunda e complexa em sua natureza mesma, em um processo que Bettelheim denomina de *revolucionarização das relações de produção*,⁴ permitindo o surgimento de relações de produção comunistas e a constituição de novas forças produtivas.⁵ O objetivo perseguido aqui é o de propiciar a reapropriação das condições da produção pela classe operária, submetida ao capital e a uma dupla expropriação: a expropriação de suas condições objetivas e a expropriação de suas condições subjetivas de existência, daí resultando a sua subordinação ao capital. Essa subordinação se realiza e se reproduz por meio da divisão do trabalho manual e do trabalho intelectual, que os meios de produção da indústria moderna – particularmente o sistema de máquinas – consagram e elevam à sua máxima expressão, transformando o trabalhador em um “apêndice da máquina”. E ainda devido à divisão entre tarefas de direção e de execução, por meio da qual o trabalhador se transforma em simples cumpridor de ordens e diretrizes emanadas pelos encarregados da gestão da fábrica. Assim também, o controle do Estado pelo partido operário não assegura, por si só, que ele perca a sua natureza burguesa. É necessário que o Estado sofra transformações que permitam às massas o controle efetivo dele. Essas transformações devem afetar particularmente o núcleo repressivo e burocrático do Estado, permitindo que as massas substituam elas próprias as forças armadas e exerçam um controle permanente sobre os quadros

4 Cf. Bettelheim, 1979b, notadamente o cap. IV: A revolucionarização das relações de produção. Uma notável análise do problema da transição socialista, em grande medida inspirada em Bettelheim, encontra-se em La Grassa e Turchetto (1978). O capítulo 5 deste livro, de autoria de Maria Turchetto, “As características específicas da transição para o comunismo”, pode ser lido em português em Naves (2005).

5 “A inscrição material das relações de produção (na divisão do trabalho e nos instrumentos de trabalho) tem como consequência o fato de não ser suficiente a dominação política de uma classe sobre as outras para que se transformem imediatamente as relações de produção existentes. Ela só pode realizar essa transformação destruindo e reestruturando (ou seja, ‘revolucionando’) o processo real de produção” (Bettelheim, 1979a, p.126).

burocráticos. São essas as condições mínimas que garantem que o Estado não venha a se voltar contra os trabalhadores, condições indispensáveis para levar ao “enfraquecimento” relativo dele, e à sua gradativa substituição por organizações de massa. Na ausência dessa “revolucionarização”, a forma burguesa do Estado se fortalece e se reproduz. Ora, todo esse processo, que se verifica nas esferas da produção e do poder, depende da iniciativa e da luta dos trabalhadores, ele não pode ser o resultado de medidas administrativas, de nenhuma reforma burocrática, de nenhum ato jurídico, ele é o resultado de “uma luta de classes prolongada” (Bettelheim, 1979a, p.127).

Se, como mostra Bettelheim, a expropriação da propriedade da burguesia após a conquista do poder pelo proletariado é uma condição insuficiente para extinguir as relações de produção capitalistas, e se esta extinção exige uma revolucionarização dessas relações e o surgimento de forças produtivas de caráter comunista, e se o Estado deve também passar por modificações profundas, é preciso que se abra, necessariamente, um período longo e complexo de luta por essas transformações. O ponto crucial desse processo é que durante a transição *continuum a se reproduzir as mesmas relações de produção capitalistas* de antes da revolução, mesmo que já não haja proprietários privados dos meios de produção, isto é, mesmo tendo sido eliminada a burguesia privada como classe.⁶ Nos processos de produção nas fábricas, o lugar ocupado pelo capitalista é agora ocupado por agentes designados pelo Partido Comunista e que – perdurando a divisão entre o trabalho manual e o trabalho intelectual, e a divisão entre tarefas de direção e tarefas de execução – se transformam em funcionários do capital, agentes do processo de valorização do valor, independentemente de suas intenções e representações subjetivas. Desse modo, esses agentes podem vir a se constituir em uma nova classe burguesa, a burguesia de Estado, cuja diferença em relação à antiga burguesia privada reside em que o seu domínio de classe é devido ao lugar que ela ocupa nos aparelhos de poder. E essa formação social pode ser denominada de capitalismo de Estado precisamente porque a propriedade dos meios de produção não é mais privada, mas pertence ao Estado⁷ (formalmente identificado com a classe trabalhadora). Mas, como lembra Bettelheim, “*A expropriação da burguesia não se identifica com seu desaparecimento*”, e enquanto as relações de produção capitalistas não forem completamente suprimidas, subsistirá “também a possibilidade de *funções capitalistas*, e a *burguesia pode continuar a existir* sob uma forma modificada, especialmente no seio dos aparelhos de Estado: ela assume, então, a forma de uma *burguesia estatal*” (Bettelheim, 1979a, p.127).

6 Como diz Bettelheim: “[...] instaurando o seu poder de classe e nacionalizando certas indústrias, o proletariado tem possibilidade – mas somente possibilidade – de revolucionarizar o processo real de produção e, portanto, de fazer surgirem novas relações de produção, uma nova divisão social do trabalho e novas forças produtivas. Na medida em que esta tarefa não foi ainda executada, as antigas relações de produção capitalistas subsistem [...]” (Bettelheim, 1979a, p.126).

7 Daí decorrendo a “ilusão jurídica” de que não mais existem as classes sociais e nem o capital.

A implantação do capitalismo de Estado na União Soviética

De 1917 até meados dos anos 1920, o processo revolucionário soviético se desenvolve de modo contraditório. Por um lado, é adotado um conjunto de medidas que tendem a limitar as formas de organização e de intervenção da classe operária, seja no âmbito do processo de produção imediato, seja no âmbito do poder político. A introdução do sistema do diretor único de empresa, por exemplo, reforça a divisão entre o trabalho manual e o trabalho intelectual e a divisão entre as tarefas de direção e as tarefas de execução no interior da fábrica. Do mesmo modo, o deslocamento do poder dos soviets para os órgãos centrais do Estado e do partido impede que as massas possam se apropriar efetivamente do poder político, e as decisões passam a ser tomadas por agentes situados fora da classe operária. Por outro lado, setores do partido resistem a essas medidas e ainda se preserva uma certa capacidade de ação dos trabalhadores, indicando que o processo revolucionário ainda estava em curso e que os trabalhadores ainda não haviam sofrido uma derrota irreversível.

A plena consolidação da burguesia de Estado ocorre no período que vai do final dos anos 1920 até meados dos anos 1930, quando então é proclamada “oficialmente” a vitória completa do “socialismo”. Esse período é marcado pela total supressão da democracia interna no partido bolchevique e pela repressão a seus militantes. O poder real no partido concentra-se em um pequeno círculo de dirigentes agrupados em torno de Stalin. O partido funde-se com o Estado e passa a ser o verdadeiro órgão de onde emanam as decisões. O poder de Estado é exercido contra as massas que não têm qualquer controle sobre a atividade dos funcionários.⁸ O aparato repressivo, posto a serviço de um programa de industrialização acelerada, isto é, do desenvolvimento das forças produtivas capitalistas, leva a formas de exploração da classe operária muitas vezes próximas do período da acumulação primitiva capitalista na Europa ocidental. As massas camponesas são forçadas a uma brutal “coletivização” das terras e submetidas a formas de opressão e de exploração que reproduzem em certos aspectos uma situação de “quase servidão”,⁹ para fornecer os suprimentos e a força de trabalho de que necessita o processo de industrialização capitalista em curso. A classe operária é submetida a uma disciplina do trabalho draconiana e a uma drástica limitação, e mesmo supressão, da legislação social, cujo objetivo é quebrar a resistência dos trabalhadores nas unidades de produção. Como lembra Bettelheim,

o desaparecimento das convenções coletivas, assim como de procedimentos que permitam aos trabalhadores protestar de maneira regulada contra os abusos de

8 Cf. a esse respeito Pachukanis (2017), assim como os comentários a este texto: Loeber (1979) e Naves (2000), especialmente o capítulo 4.

9 Cf. Bettelheim (s/d, p.82).

autoridade dos dirigentes e dos quadros das empresas, [levam] ao desenvolvimento do arbítrio e à deterioração das condições de trabalho na indústria. (Bettelheim, s/d, p.135)

Os sindicatos perdem a sua função de meios de defesa dos interesses imediatos dos trabalhadores e passam a funcionar como verdadeiros órgãos estatais de disciplinamento e controle. O recurso à greve também é, na prática, interdito, já que o Código Penal estabelece severíssimas sanções a quem a realiza. Em um de seus artigos está previsto que

o não cumprimento deliberado [por um trabalhador] de suas obrigações ou a execução destas voluntariamente negligente [...] acarretam a privação de liberdade [...] com um confisco da totalidade ou de parte dos seus bens; em caso de circunstâncias especialmente graves, a pena pode ser [...] a morte por fuzilamento e o confisco de todos os bens. (Código criminal da RSFSR, apud Bettelheim, s/d, p.138)

O diretor da fábrica exerce de forma absoluta e brutal a sua autoridade sobre os trabalhadores na fábrica, poder que o dirigente stalinista M. Kaganovitch resume com perfeição: “Na fábrica [...] o diretor é o único soberano. Toda a gente deve estar-lhe subordinada. [...] Tudo deveria estar subordinado ao diretor. A terra deveria tremer quando o diretor circula na fábrica” (apud Bettelheim, s/d, p.139). Péssimas condições de trabalho, cálculo de remuneração arbitrário, extenuantes jornadas de trabalho, tudo isso são práticas, como diz Bettelheim,

que [...] não se explicam somente por um cego esforço produtivista. Elas têm caráter de classe. Elas são a afirmação exacerbada da autoridade do poder, dos dirigentes e dos quadros, que querem quebrar as resistências (ainda que passivas) dos trabalhadores, de lhes impor o mais extremo “despotismo de fábrica”. Estas práticas manifestam um terrível desprezo pelos trabalhadores, que toma a forma de denúncia do estado de espírito “pequeno-burguês” dos operários que não aceitam as ordens dos dirigentes das empresas e que são frequentemente tratados como “inimigos de classe”; como tais, podem ser condenados à deportação, ao trabalho penal ou penitenciário. (Bettelheim, s/d, p.144)

Tudo isso indica que a classe operária está duplamente despossuída: das condições da produção e do poder político, e submetida ao domínio de uma classe burguesa de Estado, *ao mesmo tempo que os dirigentes stalinistas proclamam a vitória do socialismo*. Esses são os indícios de que a luta por uma transformação comunista da sociedade soviética foi abandonada, e que, portanto, “está assegurada a reprodução das relações de produção capitalistas” (Bettelheim, 1978, p.99). Bettelheim nos mostrou que a experiência stalinista permite compreender

que a sociedade do capital jamais será ultrapassada enquanto a ilusão jurídica e o culto às forças produtivas continuarem a projetar as suas sombras sobre o curso da revolução.

Referências bibliográficas

- BETTELHEIM, Charles. *A luta de classes na União Soviética – primeiro período (1917-1923)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979a.
- _____. *As lutas de classe na União Soviética – terceiro período (1930-1941), os dominantes*. Mem Martins: Publicações Europa-América, s/d.
- _____. *Moscovo, place du Manège*. Paris: Scarabée et Compagnie, 1984.
- _____. Nature de la société soviétique. In: *Il Manifesto*. Pouvoir et opposition dans les sociétés postrévolutionnaires. Paris: Seuil, 1978.
- _____. *Revolução cultural e organização industrial na China*. Rio de Janeiro: Graal, 1979b.
- DENORD, François; ZUNIGO, Xavier. “Révolutionnairement vôtre”. *Economie marxiste, militantisme intellectuel et expertise politique chez Charles Bettelheim*. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, n.3, 2013.
- LA GRASSA, Gianfranco. Forze produttive e rapporti di produzione. In: *Valore e formazione sociale*. Roma: Editori Riuniti, 1975.
- _____. Note sul leninismo. In: _____; SOLDANI, Franco. *Quale marxismo in crisi?*. Bari: Dedalo Libri, 1979b.
- _____; SOLDANI, Franco. Rapporti di produzione e forze produttive. In: *Quale marxismo in crisi?* Bari: Dedalo Libri, 1979a.
- _____; TURCHETTO, Maria. *Dal capitalismo alla società di transizione*. Milão: Franco Angeli, 1978.
- LOEBER, Dietrich. Bureaucracy in a workers’ State: E. B. Pashukanis and the struggle against bureaucratism in the Soviet Union. *Soviet Union*, n.6, v.2, 1979.
- NAVES, Márcio Bilharinho. *Marxismo e direito – um estudo sobre Pachukanis*. São Paulo: Boitempo, 2000.
- _____. *Análise marxista e sociedade de transição*. Campinas: IFCH/Unicamp, 2005.
- PACHUKANIS, Evgeni. O Estado soviético na luta contra o burocratismo. In: *A teoria geral do direito e o marxismo e ensaios escolhidos (1921-1929)*. São Paulo: Sundermann, 2017.
- PORCARO, Mimemo. Charles Bettelheim: um longo adeus. *Outubro*, n.5, 2001.
- VINCENT-VIDAL, Serge. A crítica das posições de Stalin por Mao Tsé-tung. In: NAVES, Márcio Bilharinho (Org.). *Análise marxista e sociedade de transição*. Campinas: IFCH/Unicamp, 2005.

Resumo

A compreensão da natureza da formação social soviética por Charles Bettelheim conheceu sensíveis variações no decorrer de sua longa carreira intelectual. Neste texto, nos ocuparemos somente da concepção que ele desenvolveu de modo mais sistemático e rigoroso e que permaneceu vinculada a seu nome: a identi-

ficção da União Soviética como uma sociedade capitalista de Estado. Vamos expor, primeiro, o seu conceito de capitalismo de Estado para, depois, mostrar, brevemente, como Bettelheim concebe o processo de implantação desse tipo de capitalismo na história da Revolução Russa.

Palavras-chave: Charles Bettelheim, Revolução Russa, capitalismo de Estado

Abstract

Charles Bettelheim's understanding of the nature of Soviet social formation had undergone considerable variations throughout his long intellectual career. In this text, we will deal only with the conception that he developed in a more systematic and rigorous way and that remained linked to his name: the identification of the Soviet Union as a capitalist state society. First of all, we are going to expose his concept of state capitalism and then briefly show how Bettelheim conceives the process of establishing this type of capitalism in the history of the Russian Revolution.

Keywords: Charles Bettelheim, Russian Revolution, capitalist state society